

A13667

OPINIÃO

VITÓRIA-ES • SÁBADO • 17/06/1995

A TRIBUNA

Marcando passo

A Região Metropolitana da Grande Vitória, um sonho antigo da população, demorou décadas para sair do papel. E, pelo andar da carruagem, corre o risco de levar muito tempo ainda para se concretizar.

Senão, vejamos: quem acompanha a evolução do assunto, aguardava ansiosamente a reunião marcada para ontem, a terceira por sinal, do Comitê da Região Metropolitana da Grande Vitória. Afinal, os representantes dos cinco municípios envolvidos tinham assuntos fundamentais para deliberar.

Aliás, deveriam ter definido as primeiras prioridades de obras da Região Metropolitana desde o dia 12 passado, já que se reuniram formalmente dia 29 de maio especialmente para definir esta data, pos-

teriormente transferida para ontem.

Pois bem. Ontem também não aconteceu nada. Nem o secretário de Planejamento da Prefeitura de Vitória, Luiz Paulo Vellozo Lucas, se deu ao trabalho de comparecer ao auditório da Seplae. E a decisão final sobre onde e quando as obras serão iniciadas acabou postergada, desta vez para 3 de julho.

Obras que, por sinal, nem se sabe ainda quais serão, porque os prefeitos de Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica e Viana não tiveram a oportunidade de opinar a respeito dos dossiês, recebidos a 29 de maio, contendo detalhes dos projetos propostos pelo governo.

Projetos que, justiça seja feita, nada deixam a desejar, embora expressem nada mais que intenções. Contemplam as áreas de saúde, transporte coletivo, edu-

cação, habitação e saneamento, abrindo espaço também para o encaminhamento da questão de menores e adolescentes carentes.

Quem tem pressa em ver o assunto deslançado vai ter mesmo de esperar até 3 de julho, com justas razões para começar a se preocupar com a possibilidade de outros imprevistos.

De qualquer maneira, a sucessão de adiamentos causa a impressão de que os responsáveis pela implantação da Região Metropolitana da Grande Vitória não estão tratando o assunto com a devida urgência.

Logo eles, que tanto fizeram para convencer prefeitos e câmaras municipais, preocupados com a possibilidade de perda de autonomia e de arrecadação, e conseguiram arrancar dos deputados o compromisso de tramitação e aprovação rápida.